

# Ciência: fundações se fortalecem para pleitos em comum no Brasil

Paraíba recebeu representantes de 26 FAPs que integram o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa



Poucas pessoas sabem que a primeira conexão do Brasil à rede internacional de computadores, em 1988, foi feita no Centro de Processamento de Dados (CPD) de uma fundação de amparo à pesquisa. Ainda não se tratava da Internet, propriamente dita. Os "nerds" do CPD da Fapesp (Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa de São Paulo), conseguiram interligar o computador em rede com o

computador do Fermilab, o laboratório do Departamento de Energia dos Estados Unidos. A rede, nesse caso, era a "Bitnet" - acrônimo de "Because it's time network" - uma das quais se integrou, depois, à Internet.

A Internet, em si, é fruto de pesquisa acadêmica. Tanto onde ela nasceu, nos Estados Unidos, quanto nos países que se conectaram a ela, inclusive no Brasil. Pesquisadores brasileiros de várias áreas, principalmente da Física, da Medicina, precisavam de uma ferramenta mais ágil para com-

partilhar artigos e unirem-se a grupos internacionais de pesquisa. As redes de computadores já cresciam no exterior e o Brasil estava à deriva. Assim, cientistas da computação no Brasil passaram a desenvolver projetos acadêmicos que possibilitassem a conexão em rede com computadores no exterior.

Não só a Fapesp, como também a Faperj (do Rio de Janeiro), universidades federais de diversos estados, inclusive na Paraíba, e o Governo Federal investiram na construção da infraestrutura pela qual bits

começaram a transitar no Brasil para o exterior, e de lá para cá. Hoje, 30 anos depois, estamos com a conectividade na palma de nossas mãos.

As Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) executam um papel fundamental para o desenvolvimento científico no Brasil em todas as áreas, não só na computação. João Pessoa recebeu, na última semana, representantes das 26 FAPs que integram o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) para um dos quatro

fóruns anuais. O primeiro de 2019 foi realizado em março, em Brasília.

O Confap reúne as fundações e fortalece o pleito às demandas comuns das FAPs, cuja principal reivindicação é a manutenção e a busca por novos recursos para pesquisas, projetos e bolsas. O presidente do Confap, Evaldo Vilela, avalia o contexto político-econômico do Brasil: "Infelizmente, hoje, cria-se uma pauta negativa falando-se que as universidades não produzem. Não se conhece o que

nós fazemos em Ciência e Tecnologia. Precisamos explicar para a população o que nós fazemos. Lidamos com o sentimento, de uma pauta nacional, de que tudo o que foi feito não é bom e não se valoriza o que foi conquistado".

Vilela prossegue: "A maior dificuldade que temos é o fortalecimento do conjunto. O Brasil tem uma característica de particularizar ou personalizar uma situação. O Confap precisa pensar no conjunto, planejarmos ações conjuntas para nos fortalecer como um todo."

## País carece de plano de C&T

O maior problema, na visão do presidente do Confap, Evaldo Vilela, é que "o país nunca teve, de fato, um Plano Nacional com base em Ciência e Tecnologia". "Os países que se desenvolveram, o fizeram com base no conhecimento. E nós somos capazes. A geração e a utilização do conhecimento deve estar no ideário dos brasileiros. Passamos um período criando uma base de ciência e tecnologia nacional. Entretanto, a universidade, o 'locus' de pesquisa, sempre foi vista como um produtor de profissionais (engenheiros, arquitetos, advogados...) e não como produtor de pesquisa. Os pesquisadores, por outro lado, não têm uma pauta nacional sobre a qual se espelhar. E hoje estamos cobrando que as universidades tragam resultados práticos para os problemas nas regiões onde atuam", pondera Vilela.

Outro aspecto a ser considerado, de acordo com Vilela, é o modelo nacional padrão de currículos e cursos num país com características regionais tão diferentes. "Precisa haver um ponto de entendimento para evoluir e corrigir a partir do momento em que se tem talentos e infraestrutura, cria-se uma pauta positiva", sugere.



Presidente do Confap, Evaldo Vilela

## Estado reconstrói o caminho para o desenvolvimento

O governador João Azevêdo, presente na abertura do Fórum Confap, na última quinta-feira, assinou o edital de chamada pública do Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores - Programa Centelha PB, que visa estimular a criação de empreendimentos inovadores, a partir da geração de novas ideias e disseminar a cultura do empreendedorismo. O termo de convênio prevê investimentos de aproximadamente R\$ 1,7 milhão, sendo R\$ 570 mil de contrapartida do Estado.

Depois da assinatura, o governador contou sobre a chegada ao governo, em 2011, como secretário de Infraestrutura, Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia da Paraíba. Ele participou de uma reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Ciência e Tecnologia (Consect), foi recebido extraordinariamente bem, mas, no momento da votação para a eleição do novo presidente do Conselho, não foi contado. Ele estranhou, procurou o secretário-executivo do Conselho para saber por que e descobriu que há quatro anos a Paraíba não enviava representante para essa reunião



Edital de chamada pública do Programa Centelha PB foi assinado no Fórum Confap

do Conselho e a filiação deveria, primeiro, ser atualizada.

"Realmente, chegou ao limite do absurdo", pensou João Azevêdo à época. "Assumi o compromisso de que iríamos prestigiar novamente o Conselho. (...) Para resumir, a dedicação foi tanta, que a então secretária-executiva da Ciência e Tecnologia da Paraíba, Francilene Garcia, chegou a presidir o Consect", disse João Azevêdo.

Com essa história, o chefe do Executivo mostrou o quanto é difícil reconstruir em cima do que está desmoronado. "Foi o que aconteceu com a Paraíba de 2011 para cá: reconstruir o Estado. Da infraestrutura, da política de Educação, que não tinha dazera, foco". João Azevêdo

salientou que a Paraíba fez o dever de casa e agora tem condições de manter investimentos em pesquisas para inovação, ciência e tecnologia.

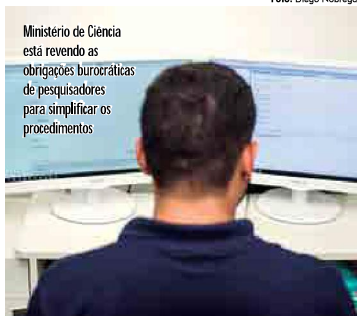
De acordo com o atual secretário-executivo de Ciência e Tecnologia, Claudio Furtado, a Paraíba tem assumido compromissos, tanto com programas de pesquisa federais, como internacionais, depositando a contrapartida periodicamente e permitindo avanços que serão colhidos no futuro: "Se nos voltarmos à pesquisa e à inovação, aplicarmos as necessidades das populações, iremos, certamente, melhorar nossos indicadores, conforme a Agenda 2030, das Nações Unidas, que nos traz prerrogativas de sustentabilidade", conclui Furtado.

## Prejuízo intelectual

# Pesquisador perde cerca de 60% do tempo com burocracia

Papeladas, documentos, preenchimento de formulários, relatórios, Autorizações, certificações, cotações de preços, recolhimento de certidões negativas das empresas; e mais formulários. Burocracia. É consenso na área científica que o pesquisador titular gasta 60% ou 70% do tempo com os trâmites administrativos, desde a submissão de um simples projeto, até a apresentação das conclusões finais. O tempo que o pesquisador deveria ficar na bancada diminui e a execução do projeto fica a cargo da equipe dos alunos de mestrado, doutorado - os bolsistas - embora capacitados, trabalham sob a orientação do coordenador do projeto.

Francisco Jayme, professor da Universidade Estadual da Paraíba na área da Farmácia, é um pesquisador de alto nível. Mas ele também atua como economista, administrador, contador e até como instalador de equipamento, entre outras funções. "Acredite, fazemos o impossível para



Ministério de Ciência está revendo as obrigações burocráticas de pesquisadores para simplificar os procedimentos

cumprir um prazo dentro do qual precisamos gastar o dinheiro do projeto. Acabo me envolvendo com a papelada para dar celeridade ao processo. Entendo que há um recurso investido e é necessário o controle dos processos; mas deve-se encarregar pessoas capacitadas para isso. Há um prejuízo intelectual do pesquisador, um desvio de função. E muitas vezes se

erra", falou Francisco Jayme. Marcelo Marcos Morales, secretário de Pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicação (MCTIC), traz uma boa perspectiva de solução para esse problema. O ministério está revendo as obrigações burocráticas de pesquisadores para simplificar os procedimentos que não são da pesquisa em si. O Marco Legal da Ciên-

cia, Tecnologia e Inovação, (Lei nº 13.243), em vigência desde fevereiro do ano passado, foca na prestação de contas do pesquisador, naquilo que ele tem que entregar: o resultado do trabalho de pesquisa. As novas regras criam mecanismos para integrar instituições científicas e tecnológicas e incentiva investimentos em pesquisa.

"O CNPq está desburocratizando a prestação de contas financeiras. Em projetos de valores menores, até cerca de R\$ 60 mil, o pesquisador tem maior liberdade no emprego dos recursos, nos limites de suas responsabilidades. O orçamento não está mais congelado nas categorias como 'equipamentos', 'custeio', 'capital'. Essa desburocratização ocorreu com a implantação do Marco Regulatório", explica Morales, acrescentando que a alteração também ocorreu na Constituição, em três leis.

Para o secretário do MCTIC, o acesso dos pesquisadores à biodiversidade é

outro ponto complicado. O preenchimento de papelada de autorização ao material genético e à biodiversidade brasileira coloca no mesmo patamar os pesquisador e os empresários. "Mas é preciso considerar que o primeiro utiliza uma quantidade pequena de material para pesquisa. O segundo realiza uma exploração econômica. Portanto, os critérios devem ser diferentes. Estamos trabalhando na produção de um formulário mais simplificado, direcionado para pesquisadores integrando as plataformas de forma a acessar os dados com mais eficiência", encoraja Morales.

Esse é o sonho do professor Francisco Jayme. Ele já fez manobras impensáveis para comprar reagentes no exterior: "Nós usamos muito reagentes e comprar no exterior é mais barato. Mas, às vezes, temos que decidir entre o tempo que gastamos para importar e o prazo para a pesquisa. Outra coisa, os mesmos

impostos que incidem sobre o comércio exterior incidem sobre a atividade de pesquisa. Toda a burocracia para enviar remessas para o exterior ou trazer de lá, é a mesma. O pesquisador não consegue fazer sozinho, precisa contratar uma fundação ou um especialista. O que poderia existir nas universidades são setores específicos para desenvolver essas necessidades. Há um departamento, uma diretoria de pesquisa e extensão, mas faltam pessoas para quem o pesquisador se dirija solicitando: 'preciso comprar um reagente'. Esse problema é vivido por todos os pesquisadores que precisam fazer compras no exterior", garante o professor.

Na visão de Morales, o Brasil já sai perdendo posições com a burocracia: "Estamos competindo com o mundo. A demora dos resultados de uma pesquisa compromete nosso desempenho científico no exterior. Isso precisa mudar", fala.